

18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de julho de 2017 – Brasília (DF)

**Grupo de Trabalho:** GT 34 - Relações Raciais e Étnicas: Desigualdades e Políticas Públicas

**Título:** O Programa internacional de Bolsas da Fundação Ford/ Fundação Carlos Chagas como indutor de políticas afirmativas: docentes negros na academia brasileira

**Autores:** Amélia Artes (Fundação Carlos Chagas); Danielle Regina de Oliveira (mestranda UNICAMP); Sandra Unbehaum (Fundação Carlos Chagas);

## Resumo

Entre os anos de 2001 e 2013, a Fundação Carlos Chagas coordenou o International Fellowships Program (IFP), com apoio da Fundação Ford, financiando 343 bolsistas de mestrado e doutorado, para pessoas oriundas predominantemente das camadas populares, pretos, pardos e indígenas, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Foi o primeiro programa de ação afirmativa (AA) para ingresso na pós-graduação brasileira. Desse universo, 306 (89,2%) terminaram suas titulações e parte significativa está, na atualidade, inserida em espaços acadêmicos e de pesquisa. O objetivo do estudo é identificar a contribuição do IFP na inserção acadêmica, social e militante de seus beneficiários. Para isso foi aplicado, em 2016, um questionário eletrônico aos ex-bolsistas. Os resultados preliminares indicam que o IFP foi determinante na melhora das condições econômicas e na inserção em ambientes acadêmicos, sendo que dos respondentes do quesito sobre inserção profissional, mais de 80% encontram-se na carreira docente no ensino superior (57,1% dos pardos e 45,6% nos pretos), em espaço privilegiado de construção de saberes. Além disso, verifica-se que 78,3% dos docentes universitários são servidores públicos.

## Apresentação

As políticas de ação afirmativa (AA), no Brasil, para ingresso de jovens pertencentes aos grupos sub-representações (autodeclarados pretos, pardos e indígenas) no ensino superior consolidaram-se no início do século XXI. Normativas como o *Estatuto da Igualdade Racial* (Lei n. 12.288/10) e *Lei de Cotas* (Lei n. 12.711/12) que institucionalizaram os processos e as iniciativas de AA foram propostas por diferentes Instituições de Ensino e favoreceram uma maior participação de pretos, pardos e indígenas no acesso às etapas mais elevadas da educação. Vale ressaltar que essas ações estão no contexto de lutas dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro<sup>1</sup>, que desde os anos de 1940 denuncia as desigualdades existentes entre o acesso

---

<sup>1</sup> O uso do termo "Movimento Negro", no singular, não corresponde a afirmar que as lutas antirracistas são homogêneas ou compostas por um bloco monolítico de sujeitos políticos. De acordo com Lélia Gonzalez (1982) o Movimento Negro tem como sua especificidade de suas lutas ter como cerne o *negro*. O Movimento Negro é formado por diversos grupos, com uma complexidade de ações e demandas políticas específicas.

de pardos e pretos a bens sociais e espaços de poder, estabelecendo uma luta contínua por uma maior equidade entre os grupos raciais em diferentes esferas: acesso, permanência e qualidade na educação, acesso e qualidade no atendimento à saúde, participação política, acesso ao mercado de trabalho, entre outros espaços sociais.

De acordo com Bernardino (2002), é diante de um contexto social desigual, tensionado principalmente pelo racismo, que surge em 1961 o conceito de *ação afirmativa* nos Estados Unidos da América (EUA), o qual fora definido em 1968 na *Lei dos Direitos Civis*<sup>2</sup>. A consolidação das políticas afirmativas nos EUA serviu de influência para o Brasil, porém a diferença de contexto sócio-histórico e político entre as duas nações e de seus movimentos sociais fez com que as AA fossem tardiamente implementadas no contexto brasileiro. Se nos EUA havia uma clara identificação de quem era o negro e de quem era o branco do ponto de vista racial, e o impacto da cor da pele na inserção social e política, em nosso país prevaleceu por bom tempo o mito da democracia racial, o fundamento da miscigenação como expressão de uma cultura pacífica em relação aos negros. Com a promulgação da Constituição de 1988 e do processo de democratização do Brasil, o Movimento Negro, já organizado em diferentes formatos desde o final do sec. XIX, fortalece suas lutas sociais e nas décadas seguintes, consolidaram-se em marcos normativos e políticas sociais importantes, sobretudo no campo da educação.

Nestes processos ganha força a concepção de ação afirmativa como uma ação política para reparar e corrigir situações históricas de discriminação e desigualdades perpetradas a grupos populacionais específicos. (MOEHLECKE, 2002, p. 203). E é esta a perspectiva adotada neste estudo.

Mais do que isso, as ações afirmativas<sup>3</sup> além de reparar injustiças concernentes a redistribuição de bens econômicos e de cargos de poder, opera

---

<sup>2</sup> A Lei dos Direitos Civis ou “Civil Rights Act”, declarada em 1964, representou o marco legal que findou os diversos sistemas estaduais de segregação racial. Em 1968, diante dos protestos em resposta ao assassinato de Martin Luther King no dia 11 de abril daquele ano, esta lei foi aperfeiçoada e incluiu o mecanismo das ações afirmativas sancionada pelo presidente Lyndon Johnson.

<sup>3</sup> Importante mencionar que as ações afirmativas não se restringem a políticas de cotas, podendo se manifestarem em ações diversificadas, tais quais: “incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e

também na esfera da justiça simbólica, já que desnuda o preconceito e a estigmatização histórica sobre a negritude e promove a construção e a afirmação de identidades negras, exigindo um reconhecimento positivo de ser negro no Brasil, incluindo aí uma outra recolocação no status social (BERNARDINO, 2002).

No caso específico do acesso ao ensino superior brasileiro, desde o início dos anos de 2000, uma série de iniciativas foram concretizadas, em especial as políticas de AA para acesso aos cursos graduação (bacharelado, licenciaturas e tecnológicos) e, mais recentemente, em programas de pós-graduação.

No cenário dos cursos de graduação, temos políticas afirmativas distintas para as instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Nas IES públicas, as primeiras experiências de AA foram na modalidade *cotas* e realizadas nas seguintes instituições: em 2003 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), (MACHADO, 2013); e, em 2004, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (QUEIROZ e SANTOS, 2006) e na Universidade de Brasília (UnB) (VELLOSO, 2006). Estas políticas foram definidas nas instâncias administrativas a partir de pressões das comunidades acadêmicas, inicialmente nas esferas estaduais e por meio de leis específicas. É importante lembrar que tais políticas são resultado das pressões e da articulação do Movimento Negro por igualdade de acesso e de permanência na educação, sobretudo no ensino superior, por meio de políticas racializadas por parte do Estado. Já no contexto das IES privadas, o *Prouni*<sup>4</sup> e o *Fies*<sup>5</sup>, foram políticas implementadas pelo governo federal, entre os anos de 2005 a 2007, coadunando com os interesses econômicos do ensino superior privado, como uma alternativa para

---

outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária.” (GEMA, 2011)

<sup>4</sup> Criado pelo Governo Federal em 2004, o Prouni é um programa do Ministério da Educação cujo objetivo é conceder a estudantes brasileiros *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) para ingresso em instituições privadas de ensino superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica,.

<sup>5</sup> O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham recebido avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

as altas taxas inadimplências (ROSSETTO e GONÇALVES, 2015; AMARAL e OLIVEIRA, 2011; LIMA, 2015).

No caso do acesso diferenciado na pós-graduação, etapa mais elevada de escolarização formal, as experiências são recentes, e foram implantadas em programas nas IES públicas, tais como: Museu Nacional RJ, na UnB, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (CERQUEIRA e ROBERTO, 2014; SILVA, 2016) e em três programas de pós-graduação em Direito – Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade de São Paulo (USP) (UNBEHAUM, LEAO, CARVALHO, 2015)..

Concomitante às experiências acadêmicas, em 2001, foi lançado o primeiro edital no Brasil do *Internacional Fellowships Program* (IFP), conhecido como Programa Bolsa, e considerado como o primeiro programa de ação afirmativa desenvolvido no país para acesso à pós-graduação; iniciativa coordenada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), com recursos da Fundação Ford (FF). Dessa maneira, o Programa Bolsa é uma AA tecida por instituições não-governamentais e, como tal, deve ser avaliada considerando as especificidades de não ser uma política pública, cuidado necessário para dimensionar seus limites, resultados e possibilidades de atuação em larga escala.

Este texto se organiza em três partes: inicialmente, será apresentada a caracterização do IFP e de seus beneficiários, assim como a caracterização do processo seletivo e a intencionalidade da proposta. A segunda parte explica a organização e metodologia da pesquisa realizada em 2016 sobre o Programa Bolsa. Por fim, serão apresentados alguns resultados tendo como questões principais: Qual o efeito da participação dos beneficiários do IFP em suas trajetórias acadêmicas e profissionais? Ocorreram mudanças no perfil socioeconômico dos ex-bolsistas? Como organizam suas trajetórias atuais, em especial a inserção acadêmica?

## **Programa Internacional de Bolsas (IFP): ação pioneira para acesso à pós-graduação.**

O Programa Bolsa<sup>6</sup> faz parte de uma iniciativa da Fundação Ford que financiou projetos de ação afirmativa em 22 países. Segundo Rosemberg (2003), “constituiu a iniciativa de maior envergadura financiada pela Fundação Ford: US\$ 280 milhões durante os dez anos previstos de duração” (ROSEMBERG, 2003, p. 1). Cada país teve autonomia de definir qual a população foco da ação e as formas de organização e monitoramento das iniciativas. No caso do Brasil, ficou definido no Edital de seleção que o programa:

(...) além de estar atento à igualdade de gênero, destina-se, prioritariamente, as pessoas negras e indígenas, ou originárias das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, provenientes de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas e educacionais (Rosemberg, 2013, p. 5).

O objetivo da iniciativa no Brasil era apoiar pessoas oriundas de seguimentos raciais sub-representados na graduação e que evidenciavam potencial acadêmico e de liderança, bem como demonstrassem engajamento político com a realidade do país. Os candidatos selecionados seriam beneficiados com bolsas, de valor acima do pago por instituições de fomento, além de recursos para pesquisa, participação em eventos e formação, compra de materiais didáticos, entre outras demandas. Uma equipe da FCC, com o auxílio de especialistas, realizou o processo seletivo, acompanhou desde a etapa de produção dos projetos de pós-graduação, a seleção dos programas, todo o período de frequência aos cursos e, por fim, as defesas de mestrados e doutorados. Este acompanhamento diuturno contribuiu para o sucesso do Programa Bolsa.

Entre os anos de 2001 a 2013, o Programa financiou 343 bolsistas de mestrado e doutorado, sendo 309 titulados na pós-graduação<sup>7</sup>. Foram oito processos seletivos, com 8.722 candidaturas. O processo de seleção compreendia sete etapas: 1) elegibilidade da documentação; 2) Seleção dos

---

<sup>6</sup> A coordenação do Programa IFP no Brasil ficou sob responsabilidade da Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (*in memoriam*).

<sup>7</sup> Foram interrompidas 34 bolsas ao longo de toda a duração do Programa Bolsa. Uma das regras do Programa exigia a dedicação exclusiva aos estudos. O descumprimento desta regra levava ao desligamento sumário do Programa. Outros bolsistas não conseguiram se titular no período de tempo previsto.

200 candidatos pelo modelo estatístico Probit<sup>8</sup>; 3) Avaliação dos pré-projetos dos 200 selecionados por comissão ad hoc e análise das redações dos candidatos; 4) Definição do grupo de 75 habilitados para a entrevista; 5) entrevista e dinâmicas de grupo para a definição dos 42 beneficiários<sup>9</sup> 6) Endosso dos finalistas pelo IFP Nova York; 7) publicação dos beneficiários e reunião de orientação.

Chamou a atenção da coordenação do Programa Bolsa o predomínio de inscrição de mulheres desde o primeiro processo de seleção:

Em todas as seleções, estivemos muito atentos(as) ao fato de as mulheres serem maioria expressiva entre candidatos(as) ao IFP, do mesmo modo que ocorre com estudantes brasileiros(as) na graduação e pós-graduação. Uma eventual discriminação de gênero a favor dos homens foi debatida em inúmeras reuniões da Comissão de Seleção, foi objeto de análise minuciosa (ROSEMBERG; ANDRADE, 2008) e redundou em ligeira alteração do edital a partir de 2007. Politicamente, não nos parecia correto favorecer candidaturas femininas, tampouco teríamos condição de enfrentar uma prática inabitual no Brasil contemporâneo: a de introduzir discriminação positiva em favor dos homens. Por esta razão, estabelecemos a meta de distribuir, equitativamente, o número de bolsas entre homens e mulheres. (ROSEMBERG, 2013, p 17).

Considerando que os bolsistas tiveram experiências acadêmicas menos regulares comparadas ao perfil privilegiado dos estudantes normalmente selecionados na pós-graduação (acesso à iniciação científica, participação em grupos de estudos, tempo adequado de estudos, garantia financeira para dedicação exclusiva ao estudo etc.), um diferencial do Programa Bolsa foi a oferta de *Treinamento Pré-Acadêmico*<sup>10</sup> (TPA), formado por atividades de orientação aos projetos, auxílio nas escolhas dos programas de pós-graduação nos quais os bolsistas deveriam se inscrever, e incentivo para a frequência a cursos de português instrumental e de língua estrangeira. Essas atividades serviram como preparação para os processos seletivos, criando minimamente

---

<sup>8</sup> Desenvolvido pelo Prof. Sergei Soares (IPEA), o modelo Probit visava selecionar aqueles candidatos inscritos, cujo histórico indicavam menor probabilidade de terem concluído o curso superior. Um dos diferenciais do IFP. o modelo estatístico ranqueava os candidatos considerando os nascidos/as nas regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste; autodeclarados como negro/a ou indígena; provenientes de famílias poucas oportunidades econômicas ou educacionais. Foram usados na construção do modelo dados da PNAD 1996, por trazer informações de mobilidade social da população (ROSEMBERG, 2013).

<sup>9</sup> O número de bolsistas variou de 40 a 48 aprovados, a depender dos processos seletivos e dos recursos disponíveis no momento do edital.

<sup>10</sup> A experiência TPA originou o Projeto Equidade, organizado pela FCC com recursos da Fundação Ford entre os anos de 2011 e 2014.

condições de igualdade de oportunidades para os bolsistas<sup>11</sup>. As atividades poderiam ocorrer à distância ou presencialmente. Na avaliação final do Programa, viu-se que:

Sem dúvida nenhuma, o TPA foi uma atividade indispensável para que bolsistas concorressem, com bom ou razoável preparo, a vagas no acirrado processo seletivo da pós-graduação brasileira. Porém, seis meses ou um ano de TPA nem sempre são suficientes para “compensar” deficiências da formação acadêmica pregressa. O TPA permitiu melhorar o desempenho, mas não eliminou todos os déficits. Tampouco era nossa expectativa. (ROSEMBERG, 2013, p 47).

O período de acompanhamento individualizado dos beneficiários durou todo o tempo das bolsas e envolveu orientações até sobre a migração para São Paulo, dado que parte significativa dos bolsistas decidiu concorrer a processos seletivos de IES paulistanas, (PUC com 25,1% e USP com 8,1%, ROSEMBERG, 2013, pag. 51) muito possivelmente em razão de uma maior sensibilidade destas instituições para ações afirmativas, e em um momento histórico no qual as discussões sobre cotas ainda geravam controvérsias, sobretudo, na pós-graduação.

Vários indicadores comprovam o sucesso do IFP: alta taxa de conclusão dos cursos de pós-graduação (88,9%); período de duração das formações compatíveis ao recomendado pela CAPES e pelo CNPq (27,3 meses para o mestrado e 46,3 para o doutorado); acesso a programas bem avaliados; constituição de redes e associações como a ABRAPPS (Associação Brasileira de Pesquisadores (as) pela Justiça Social<sup>12</sup>) e outras parcerias de trabalho estabelecidas entre os bolsistas em suas trajetórias profissionais.

Assim, o IFP expressa um caráter inovador em vários aspectos. Avaliá-lo, passados oito anos da constituição do último processo seletivo e quatro anos da sua finalização é fundamental para que as novas experiências recentemente desenvolvidas no Brasil possam ter nesta experiência, inspiração para futuras políticas de ação afirmativa na pós-graduação. Além disso, dimensionar, como já ressaltado, o efeito do IFP na vida atual de seus

---

<sup>11</sup> Nem todos os bolsistas puderam frequentar os TPA, uma vez que uma parcela ao início da bolsa já havia passado em processos seletivos e parte não tinha disponibilidade para a participação nos encontros e atividades.

<sup>12</sup> A ABRAPPS foi criada em 2008 por ex-bolsistas do IFP. Seu objetivo é a promoção de apoio a justiça social por meio de projetos, consultorias, programas e assessorias em diferentes áreas de conhecimento (Rosemberg, 2013 e [www.abrapps.org.br](http://www.abrapps.org.br)).



beneficiários é uma forma de apresentar evidências do impacto da AA na pós-graduação e é também o desafio deste estudo.

### **Metodologia da pesquisa**

Este trabalho discute uma parte de um estudo desenvolvido em 2016, pela FCC, para avaliar os 15 anos de parceria com a FF no enfrentamento das desigualdades no acesso à pós-graduação pelos pretos, pardos e indígenas no Brasil, por meio do IFP.

A pesquisa maior trabalhou com um conjunto de informações dos bolsistas organizadas de tal forma a dimensionar uma linha do tempo para cada beneficiário. Foram exploradas três fontes de coleta de dados: 1) *Base das Candidaturas (2001 – 2010)*, com informações do período de seleção dos candidatos aprovados em cada uma das turmas, privilegiando as variáveis de inserção escolar, educação do grupo familiar e atuação política; 2) *Base Survey (2016)*, originada de questionário eletrônico com 45 quesitos, elaborado pela equipe de pesquisa da FCC; 3) *Base Plataforma Lattes*<sup>13</sup> (*dados entre 2013 e 2015*) com a extração de informações sobre produção acadêmica e inserção institucional dos bolsistas titulados.

Para este artigo serão apresentados os resultados dos quesitos do Survey e Memória, que exploram as mudanças nas condições econômicas dos beneficiários, sua inserção acadêmica e profissional, e que revelou que quase metade deles atua como docentes de instituições de ensino superior brasileiro.

O questionário eletrônico foi organizado em sete blocos na plataforma *Survey Monkey*<sup>14</sup>: 1) Avaliação do Programa Bolsa; 2) Relações Raciais; 3) Identificação pessoal – familiar; 4) Trajetória na Graduação; 5) Trajetória na Pós-Graduação; 6) Inserção Profissional; 7) Atuação social – política. Os questionários tiveram o propósito de captar a avaliação do Programa pelos seus beneficiários; caracterizar o seu perfil socioeconômico atual; obter elementos para compreensão das trajetórias desde a graduação e pós-graduação (inserção acadêmica, acesso e permanência), até sua inserção

---

<sup>13</sup> Este estudo foi realizado em parceria com o pesquisador e docente Jesus Mena Chalco, da UFABC.

<sup>14</sup> É uma plataforma web que permite o desenho de questionários eletrônicos que podem ser enviados via e-mail ou link. O serviço possui modalidade gratuita (limitada) e paga.

profissional. Além disso, buscou-se verificar como os beneficiários avaliam situações de racismo em suas próprias trajetórias acadêmicas, inserção profissional e militante na atualidade.

O questionário foi pré-testado e após as alterações foi enviado para os 343 participantes do IFP. Obteve-se 225 respostas (taxa de 65,6% de respostas) e destas, 216 foram validadas<sup>15</sup> e compõem o estudo. Esta taxa de respostas pode ser considerada representativa para este tipo de estudo (enviado eletronicamente), com uma taxa acima de 50% do público pretendido, incluindo beneficiários de todos os períodos de duração do Programa IFP, abrangendo os dez anos de duração (as primeiras turmas foram finalizadas em 2005).

### **Onde e como estão os bolsistas do IFP?**

O público foco do Programa Bolsa eram as pessoas negras e indígenas e a composição racial dos beneficiários verificada na análise dos dados corresponde a este objetivo. No entanto, foram identificadas algumas particularidades ao serem cruzadas as variáveis de raça/cor e de sexo. Desde o início do processo seletivo, a cada um dos editais, observou-se regularmente o predomínio de candidatura de mulheres e, por conseguinte, de aprovadas, como já mencionado, mas verificou-se uma diferença nesta composição quando foram desagregados os grupos raciais: há mais mulheres do que homens no segmento racial preto, já entre as pessoas indígenas domina o grupo masculino. Entre os pardos não há diferença significativa nesse quesito. Observando os dados do *Survey* respondido pelos beneficiários, duas tendências se mantêm em relação às candidaturas: o predomínio de mulheres e dos que se autodeclaram pretos<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> A partir da verificação das respostas obtidas, foram eliminados aqueles que não tinham ao menos 10% do questionário respondido ou casos em duplicidade.

<sup>16</sup> Podemos observar que há poucos casos de pessoas brancas e amarelas, totalizando aproximadamente 3% de nossos dados, isso corresponde ao foco do Programa Bolsa em atingir o contingente de negros e indígenas. Dessa maneira, os resultados irão se concentrar somente nestes dois grupos negros e indígenas.

Tabela 1. Bolsistas segundo cruzamento de sexo e raça/cor (Base Memória e Survey).

	Bolsistas Survey 2016		Bolsistas Memória	
	N	%	N	%
Mulher Branca	1	,5	4	1,2
Mulher Parda	26	12,5	36	10,5
Mulher Preta	74	35,6	116	33,8
Mulher Indígena	11	5,3	17	5,0
<b>Total Mulheres</b>	<b>112</b>	<b>54,4</b>	<b>173</b>	<b>50,5</b>
Homem Branco	4	1,9	12	3,5
Homem Pardo	18	8,7	39	11,4
Homem Preto	60	28,8	89	25,9
Homem Indígena	13	6,3	30	8,7
<b>Total Homens</b>	<b>95</b>	<b>45,7</b>	<b>170</b>	<b>49,5</b>
Total Geral*	207	100,0	343	100,0

\* O total é de 216, aqui 8 casos estão sem informações de sexo e raça/cor, e 1 caso está identificado como mulher amarela, provavelmente erro de preenchimento.

Em estudos recentes (Ricoldi, Artes, 2015) informam que os índices de mulheres negras no ensino superior são maiores do que a dos homens negros, sendo este segmento o último do ranking dos que frequentam a graduação no Brasil. Esta desvantagem vem sendo apontada desde 2004 por Marília Carvalho em análise sobre o fracasso escolar de meninos negros já na educação básica (CARVALHO, 2004).

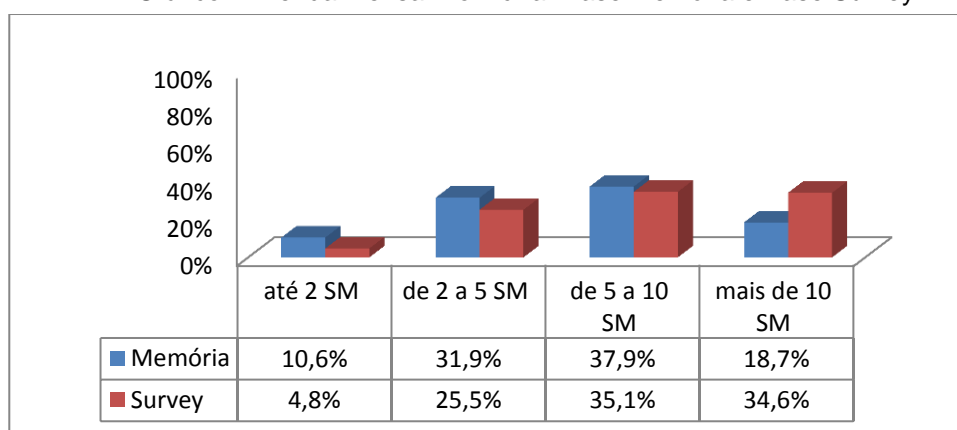
A sub-representação das candidaturas indígenas foi observada e problematizada ao longo dos vários editais e processos de seleção. A participação nas atividades do Programa Trilhas de Conhecimentos, em 2006, permitiu que nas seleções posteriores uma série de estratégias fosse adotada para melhor alcançar os povos indígenas, inclusive ações de divulgação específicas (ROEMBERG, 2009). As questões que mereceram atenção especial com relação à inserção de indígenas no Programa Bolsa referiram-se: à maior divulgação do edital para atingir candidatos/as indígenas potenciais, especialmente mulheres; ajustes no formulário para adequar a caracterização do grupo; à discussão na equipe de coordenação para adequar os critérios de seleção (indicação do povo ao qual pertence; língua materna; relato de experiências étnico-raciais); à presença de especialistas nas questões indígenas e de representantes das organizações indígenas em diferentes etapas. Muitos destes aspectos são complexos de serem equacionados em um

sistema de pós-graduação como o vigente, pois exigiria uma perspectiva multicultural tanto nos processos seletivos como no reconhecimento de diferentes formas de produção de conhecimento científico.

No Programa IFP, um dos importantes critérios de seleção era o da condição econômica dos candidatos. Sabe-se que no contexto brasileiro, poucos são os jovens, sobretudo, negros e indígenas, que ingressam e concluem um curso de graduação. Ter a oportunidade de seguir na formação acadêmica, por meio de uma pós-graduação, é uma possibilidade de ascensão social, não só do ponto de vista de capital cultural, mas também econômico.

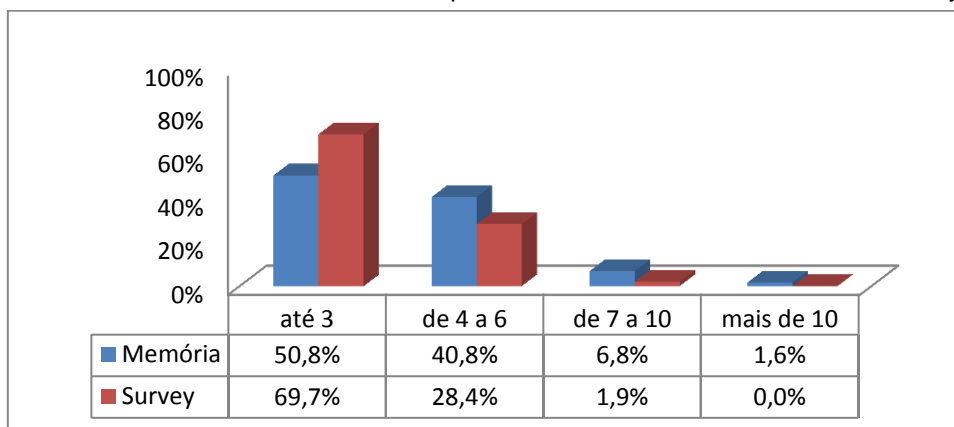
Quando comparadas as informações sobre renda mensal domiciliar dos participantes do IFP, no momento de sua candidatura com o atual status, por meio das respostas ao *survey*, verifica-se que a renda mensal domiciliar de até dois salários mínimos (SM) recuou em 6% e houve aumento de 16% na faixa de renda mais elevada, ou seja, uma sensível melhora no nível socioeconômico dos beneficiários do IFP (Gráfico 1). Por se tratar de renda domiciliar e não individual, ou seja, estão incluídos os ganhos de todos os moradores, esse resultado precisa ser dimensionado pelo número de pessoas que residem no domicílio (Gráfico 2). Nesse sentido, observa-se uma redução no tamanho dos grupos domiciliares, o que também contribui para uma melhora na condição econômica.

Gráfico 1. Renda Mensal Domiciliar Base Memória e Base Survey.



Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

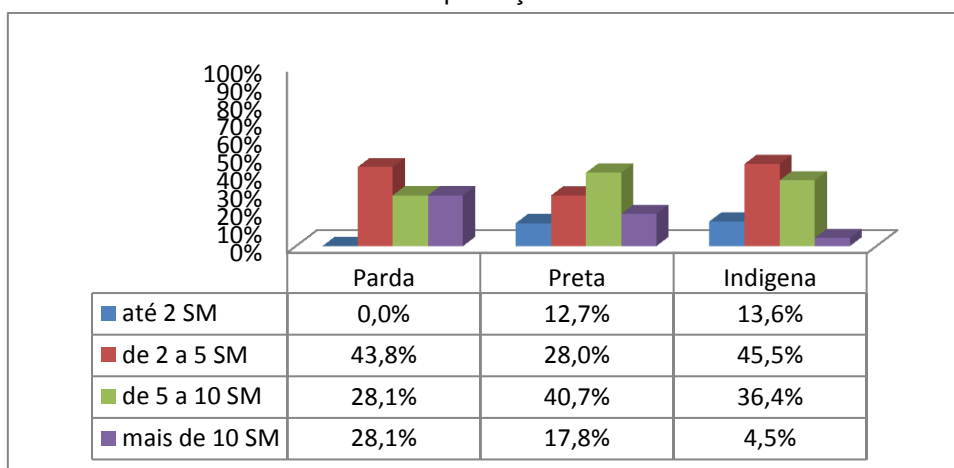
Gráfico 2. Quantidade de moradores por domicílio Base Memória e Base Survey.



Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

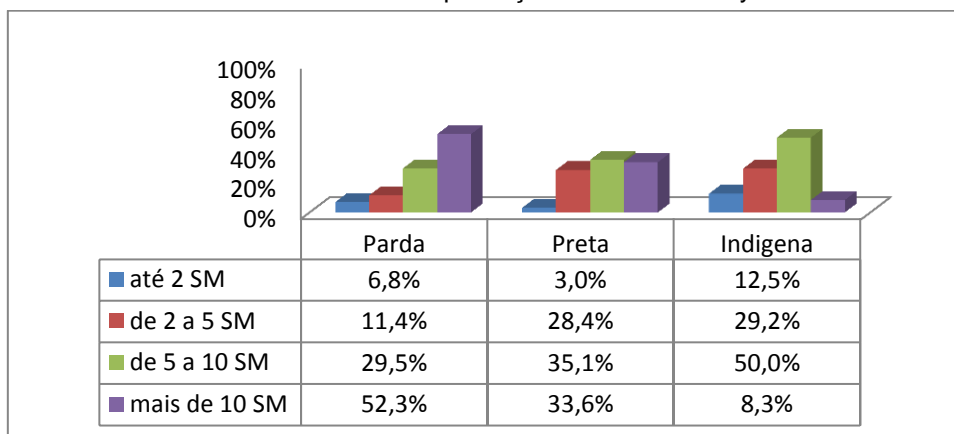
Quando analisados os dados sobre renda mensal domiciliar, segundo o grupo racial, constata-se algumas desigualdades nas faixas mais altas de rendimentos, ainda que tenha ocorrido um crescimento para todos os grupos. Segue uma tendência desigual na mobilidade social entre os grupos raciais: os pardos assumindo as primeiras posições, seguido dos pretos e por último os indígenas (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3. Renda Mensal Domiciliar por raça/cor. Base Memória



Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

Gráfico 4. Renda Mensal Domiciliar por raça/cor. Base Survey



Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

Embora o quesito renda seja fundamental para dimensionar a mobilidade social dos grupos étnico/raciais, esta não pode ser tratada de maneira isolada na análise da trajetória dos sujeitos. Por exemplo, os dados mostram o grupo dos pardos com maiores benefícios econômicos em relação aos pretos e indígenas. Este resultado precisa ser problematizado em um percurso específico, no qual as relações raciais e de sexo se combinam na trajetória escolar e acadêmica, como a mobilidade geográfica e de acesso à educação, que caracterizam as distintas regiões no Brasil (Hasenbalg, 1982). Afinal o que explica essa melhora na renda de todos os grupos raciais, e o que explica o grupo pardo, ainda sendo um grupo sub-representado em relação à população brasileira em geral, estar concentrado nas melhores faixas de rendimento acima da média brasileira, que não ultrapassa 5 SM<sup>17</sup>? Mais do que isso, será que do ponto de vista de gênero, esse rendimento se mantém para o grupo de mulheres pardas?

Um dos fatores diferenciais pode ser a etapa frequentada na pós-graduação (mestrado ou doutorado). Sabe-se que há diferenças para aqueles que acessam ao mestrado e aqueles que alcançaram o doutorado. Das 343 bolsas que foram concedidas ao longo dos anos de 2002 a 2010, 79% se destinaram ao Mestrado (M) e 21% para Doutorado (D). Essa tendência<sup>18</sup> se manteve nos grupos de pessoas pretas (76,6% – M e 23,4% – D) e pardas

<sup>17</sup> Informação a partir do processamento de dados do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) do IBGE, que a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015 (acesso: <https://www.bme.ibge.gov.br>).

<sup>18</sup> Dados referentes aos 343 bolsistas.

(77,3% – M e 22,6% – D), diferente no grupo de pessoas indígenas (95,7% – M e 4,3% – D). Entre os respondentes do Survey (2016), verificou-se duas mudanças na caracterização dos ex-bolsistas, indicando que os bolsistas avançaram em sua formação acadêmica: **1)** na distribuição entre mestrados e doutorados,<sup>19</sup> atualmente são 56,1% mestres e 43,9% doutores; **2)** entre os grupos raciais, a maioria dos pardos se doutorou (56,1% - D e 43,9% - M) e entre os pretos, apesar de terem ampliando sua formação, passando de 23,4% de doutores para 45%, a maioria se manteve com o título de mestre - 55%, o grupo de indígenas manteve a tendência anterior, com menor índice de doutores (14,3% - D e 85,7% - M).

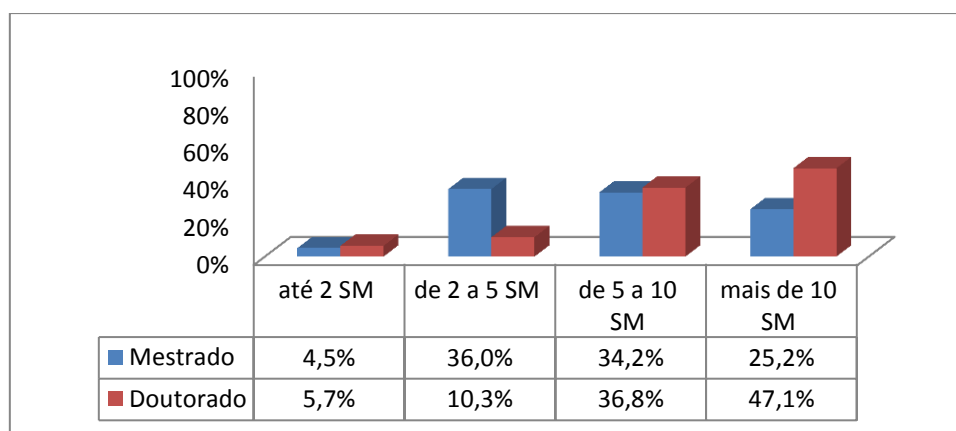
Estes números acompanham a Tabela 2, que capta em qual nível de formação acadêmica estão os bolsistas após a experiência do Programa Bolsa. No geral, quase a metade (48,5%) continuou seus estudos, o que é significativo, já que dentre aqueles (51,5%) que não continuaram 24,5% (n=25) já eram doutores.

Tabela 2. Após ser bolsista do Programa Bolsa, continuou sua formação acadêmica em outro nível de titulação na pós-graduação stricto sensu ou no pós-doutorado? Base Survey.

	<b>N</b>	<b>%</b>
Não	102	51,5
Sim, ingressei e finalizei o doutorado	50	25,3
Sim, ingressei e sou doutorando(a)	33	16,7
Sim, ingressei e finalizei o pós-doutorado	6	3,0
Sim, ingressei e sou pós-doutorando(a)	7	3,5
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

Gráfico 5. Renda mensal domiciliar por titulação. Base Survey



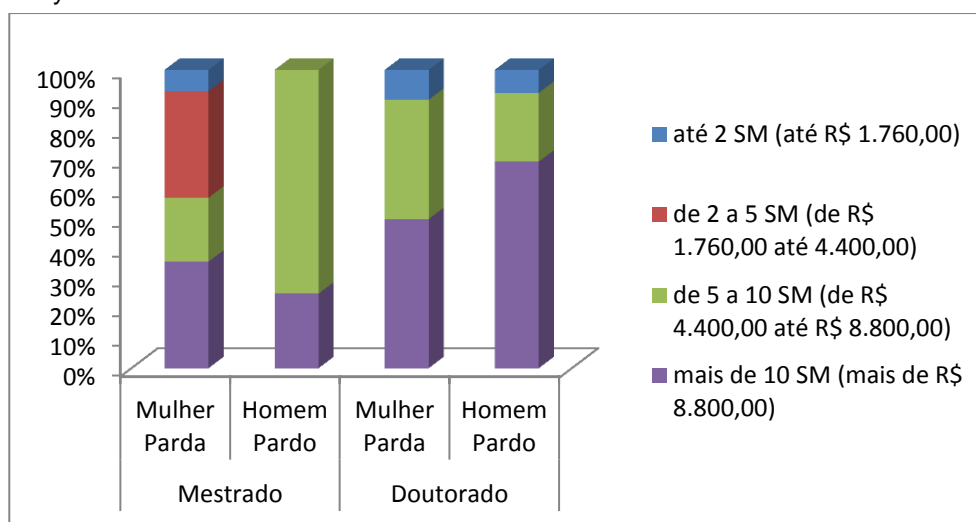
Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

<sup>19</sup> Dados referentes a 198 casos, 18 casos não tem informações, total do universo: 216 casos.

O grau de titulação tem impacto significativo na renda (Gráfico 5). É interessante observar que a maioria dos mestres se encontra nas faixas de renda mensal entre 2 a 10 SM, enquanto os doutores, quase a metade, se concentram na renda mais elevada (mais de 10SM). A inserção no nível mais alto de ensino pode colaborar na inserção diferenciada a cargos profissionais de maior prestígio, como por exemplo, a docência universitária, que será tratada mais a frente.

Os estudos sobre a inserção das mulheres nas carreiras profissionais e trajetórias de escolaridade, mostram que, apesar delas possuírem mais anos de estudos do que os homens, os salários tendem a ser mais baixos<sup>20</sup> (Gráfico 6). Nos dados do *survey*, verificou-se que são os homens pardos que se sobressaem em relação às mulheres pardas, lembrando que as mulheres são maioria dos beneficiados pelo IFP. Esse resultado revela a importância da interseccionalidade de gênero e raça nas ações afirmativas: não basta garantir o acesso das mulheres, mas é necessário atenção para os processos de inserção e percurso profissional.

Gráfico 6. Titulação Atual por raça/cor e sexo e rendimentos mensais domiciliar, em %. Base Survey.



Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

<sup>20</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447423205\\_196245.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447423205_196245.html)



Na continuidade da formação acadêmica, os dados mostram que maioria continuou a pós-graduação em IES públicas (70%), principalmente em IES federais (49,5%); e 26,9% seguiram nas IES privadas 3,2% em IES comunitárias. Um percentual significativo (62,4%) conseguiu bolsa de estudos, sendo 80% de indígenas, possivelmente beneficiados por programas específicos de formação para este grupo (Tabela 3).

Tabela 3. Modalidade de IES de ingresso na pós-graduação por cor/raça em %. Base Survey

				Total
	Parda	Preta	Indígena	
Pública estadual	13,0%	26,3%	10,0%	20,4%
Pública federal	69,6%	36,8%	60,0%	49,5%
Autarquia/comunitária		3,5%	10,0%	3,2%
Privada	17,4%	33,3%	20,0%	26,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa IFP, 2016

A tabela 4 mostra que alguns indígenas acessaram a continuidade da pós-graduação por meio de ações afirmativas específicas, mas a maioria (81,7%) ingressou na pós-graduação sem medidas exclusivas de inclusão, assim como os outros grupos raciais.

Tabela 4. Este ingresso se deu via políticas de ação afirmativa ou inclusão social? por raça/cor, em %. Base Survey

	Não.	Sim, por critério étnico-racial.	Sim, por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa	Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores	Sim, por sistema diferente dos anteriores.	Total
Parda	91,3%			4,3%	4,3%	100,0%
Preta	82,5%	10,5%	1,8%	1,8%	3,5%	100,0%
Indígena	50,0%	40,0%			10,0%	100,0%
Total	81,7%	10,8%	1,1%	2,2%	4,3%	100,0%

Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

A docência universitária pode ser considerada uma das profissões de maior prestígio social e de influência sobre as políticas públicas, além da sua posição privilegiada na produção de conhecimento para o desenvolvimento

social, cultural de econômico, principalmente nas universidades públicas, onde a pesquisa e projetos de extensão compõem os pilares básicos de seus objetivos. No *survey* foi perguntando se os ex-bolsistas eram docentes e em qual função estavam atuando. A maior parte (78,8%) declarou ser professor, sendo que destes, 46,2%, atuam-no ensino superior. Dentre os pardos, 57,1% são docentes no ensino superior, seguido 45,6% do grupo de pretos 28,6% do grupo indígena (Tabela 5).

Tabela 5. Você é professor? por raça/cor, em n e %. Base Survey

Você é professor?		Qual sua raça/cor?			Total
		Parda	Preta	Indígena	
<b>Não</b>	N	7	21	4	33
	%	20,0%	20,4%	28,6%	21,2%
<b>Sim, prof. educação básica</b>	N	3	20	4	29
	%	8,6%	19,4%	28,6%	18,6%
<b>Sim, prof. ensino superior</b>	N	20	47	4	72
	%	57,1%	45,6%	28,6%	46,2%
<b>Sim, prof (outras modalidades)</b>	N	1	10	0	11
	%	2,9%	9,7%	0,0%	7,1%
<b>Sim, tutor/prof. EAD</b>	N	0	1	0	1
	%	0,0%	1,0%	0,0%	,6%
<b>Sim, exerce mais que uma função docente</b>	N	4	4	2	10
	%	11,5%	3,9%	14,2%	6,3%
<b>Total</b>	N	35	103	14	156
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa IFP, 2016.

Outra importante dimensão de análise da trajetória e inserção dos beneficiários do IFP é a localização regional onde atuam e o tipo de vínculo empregatício. Havia uma expectativa do IFP de que os bolsistas, após a conclusão da pós-graduação, atuassem em sua região de origem. Os resultados indicam que estão predominantemente nas regiões nordeste (38,6%) e sudeste (21,7%) e a maioria são servidores públicos (78,3%).

A história recente das políticas de ações afirmativas no ensino superior mostra que são as áreas das humanidades as mais acolhedoras, ou as que primeiro, acolheram programas de cotas, medidas de inclusão etc. O edital do IFP não restringia o campo de conhecimento ao qual os bolsistas deveriam inscrever seus projetos de pós-graduação, no entanto, as candidaturas foram

em sua maioria para as áreas das humanidades. A maioria dos ex-bolsistas, que seguiram carreira acadêmica, são docentes na área de Ciências Humanas (58,9%) e Ciências Sociais Aplicadas (21,9%), distribuídos em cinco subáreas: Educação (26%), Antropologia (11%), Sociologia (8,2%), Direito (5,5%) e Serviço Social (5,5%)<sup>21</sup>. Esta distribuição está de acordo com o descrito na literatura para a inserção profissional de mulheres e negros, com uma maior concentração em cursos de menor custo e prestígio. (BELTRÃO e TEIXEIRA, 2004; RICOLDI e ARTES, 2015).

### **Considerações Finais**

A apresentação de alguns dos dados sobre inserção profissional e trajetória acadêmica obtidos pelo *survey* mostram resultados significativos: a maioria dos respondentes foram os primeiros de sua família a ingressarem em uma graduação; a maioria deu continuidade na formação acadêmica, inserção em universidades públicas como docentes, com reflexos em seus rendimentos. Ou seja, um programa de ação afirmativa na pós-graduação quando aliado a ações efetivas que promovam igualdade de oportunidades contribuem não apenas para um reconhecimento identitário, mas para uma redistribuição, não meramente econômica, mas, sobretudo na ocupação de espaços de produção de conhecimento e de influência nas políticas públicas. Para se conquistar uma melhor redistribuição material, se faz necessário fortalecimento e o reconhecimento cultural (FRASER, 2007) . Isso explica também o engajamento desses sujeitos na área de humanidades, principalmente na área da Educação, na formação de professores para educação básica ou em pesquisadores nessa temática. Embora a maioria dos docentes universitários provenientes do IFP concentre-se majoritariamente nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas, tal característica não deve ser compreendida apenas pela dimensão de menor prestígio e relacionada à hierarquização das desigualdades sociais e raciais.

O estudo, por outro lado, chama atenção para diferenças e desigualdades produzidas, seja por contextos históricos ou contingenciais, que para os quais é preciso estar atento, tais como as que afetam pretos e

---

<sup>21</sup> Relatório preliminar da Pesquisa Lattes 2016

indígenas. Se, por um lado, há a necessidade de políticas de ação afirmativa para estes dois grupos, por outro é necessário cautela para as especificidades de cada segmento, especialmente dos povos indígenas, que em comparação aos negros se inserem em contextos regionais específicos. No caso dos respondentes indígenas, 40,1% eram da região Norte, onde há baixa oferta de escolarização, também para o ensino superior.

A questão da desigualdade geográfica acompanha a racial, estudos pioneiros de Carlos Hasenbalg (1979, 1988), evidenciam que os grupos étnicos/raciais estão distribuídos de maneira desigual no território brasileiro. Isso se explica historicamente pelas rotas da escravidão e pelas práticas racistas operadas por políticas de governo, como no caso da região sudeste na década de 1930, palco principal das medidas de incentivo à imigração europeia pós-abolição, com o objetivo de suprir a demanda por trabalhadores, no início da industrialização (Gonzalez e Hasenbalg, 1982).

De forma sintética pode-se afirmar pelo estudo desenvolvido que o monitoramento das trajetórias dos bolsistas IFP evidenciam alguns fatores: a) após a finalização das bolsas os participantes continuaram seus estudos, o que evidencia o caráter multiplicador das ações afirmativas, independente de seu caráter transitório e efêmero; b) o caráter meritocrático do ensino superior continua sustentando desigualdades sociais e raciais através de seus processos seletivos; c) a inserção dos grupos subrepresentados no interior das universidades brasileiras pode ter influência nos recentes debates sobre racismo acadêmico e luta por reserva de vagas na pós-graduação.

Mais do que isso, a inserção de docentes negros nas universidades brasileiras influencia outras agendas de pesquisas com temas que foram marginalizados pelo racismo acadêmico. De outro modo, a presença de docentes e pesquisadores negros nas universidades qualifica programas de pós-graduação na orientação de projetos de pesquisas antes negados, que tinham como resposta a insuficiência dos departamentos para as orientações. Nesse sentido, mais do que um fator quantitativo de aumento do número de docentes negros nas universidades brasileiras, é crescente a sofisticação teórica e mudanças de paradigmas na produção do conhecimento, inserindo epistemologias, principalmente, brasileiras, africanas e latino-americanas.

Com isso, as ações afirmativas na pós-graduação, reverberam em novas produções do conhecimentos nas Ciências Humanas e Sociais, abrindo espaços para outras metodologias e epistemologias que agregam a diversidade étnica que caracteriza nossa sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema De Poli. *O vermelho e o negro: raça e gênero na Universidade brasileira: uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Ipea, 2004.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

CARVALHO, Marília Pinto. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, v. 22, p. 247-290, 2004.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 63, p. 07-20, 2002.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

HASENBALG, Carlos Alfredo; DO VALLE SILVA, Nelson. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

LIMA, Márcia. *Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil*. Cadernos Adenauer XVI, n. n<sup>o</sup>1, 2015.

MACHADO, Elielma Ayres. Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012). *Coleção Estudos Afirmativos*. Rio de Janeiro, FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, p. 717-737, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação Afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. Textos FCC n. 36, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford no Brasil: ação afirmativa na pós-graduação*, (documento interno FCC), 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro. *Cadernos Pagu*, v. 31, p. 419-437, 2008.

ROSSETTO, Cristina B. de Souza; GONCALVES, Flávio de Oliveira. Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 791-824, Sept. 2015.

UNBEHAUM, Sandra; LEÃO, Ingrid, CARVALHO, Camila. Ação Afirmativa na Pós-graduação: um debate necessário em busca de um conhecimento emancipatório. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa (eds). *Direitos Humanos e outras gramáticas da dignidade humana*. [Coloquio Internacional Epistemologias do sul: aprendizagens globais sul-sul, sul-norte, norte-sul]. CES – Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal, v.4, junho de 2015, p. 349-367 ([http://alice.ces.uc.pt/coloquio\\_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro\\_DH.pdf](http://alice.ces.uc.pt/coloquio_alice/wp-content/uploads/2015/08/Livro_DH.pdf))

VELLOSO, Jacques. *Curso e concurso: rendimento na universidade e desempenho em um vestibular com cotas da UnB*. NESUB e Faculdade de Educação da UnB, 2006.